



Ambulantes estão entre os beneficiados com a nova medida

Trabalhador informal vai ter benefícios

Projeto prevê aposentadoria e licença-maternidade para quem trabalha em atividades como a de vendedor ambulante e costureira

Ambulantes, costureiras, sapateiros e outros profissionais que hoje trabalham na informalidade passarão a ter direito a benefícios como aposentadoria, auxílio-doença e licença-maternidade. O Senado aprovou ontem o projeto de lei do Microempreendedor Individual (MEI), que prevê contribuições mínimas para que o trabalhador regularize a sua situação.

O trabalhador que aderir ao MEI pagará mensalmente R\$ 45 ao INSS, e R\$ 1 de ICMS ou R\$ 5 de ISS, passando a ter seu pequeno negócio regularizado e ficando desobrigado a pagar qualquer outro tributo. Para entrar no programa é preciso que a renda anual mínima seja de R\$ 36 mil.

A estimativa é de que, em todo o País, 11 milhões de trabalhadores do setor informal sejam beneficiados com a aprovação do projeto, que ajusta a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Com a contribuição, a família do segurado também tem direito a receber pensão por morte e, se for o caso, auxílio reclusão.

O projeto beneficia manicures, barbeiros, marceneiros, encanadores e mecânicos, entre outras atividades autônomas.

Com a redução da produção industrial em todo o mundo, as atenções se voltam para os informais, que seriam a sustentação da economia.

A previsão é de que a nova lei seja sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva antes do recesso de final de ano e que seja colocada em prática já em janeiro de 2009.

Para o empresário e presidente da Associação de Vendedores Ambulantes do Gênero Alimentício, Felipe Garcia, o anúncio é positivo, mas é preciso avaliar se as taxas apresentadas não vão pesar no bolso do trabalhador informal.

“Se a carga que for aprovada não for pesada para o bolso do autônomo, vale a pena aderir sim, até porque contribuimos com a Previdência e ainda garantimos os mesmos benefícios que um trabalhador registrado possui”, avaliou.

Outras medidas contidas no projeto beneficiam cerca de 1 milhão de empreendimentos. Entre elas, resolve problemas relativos à cobrança de ICMS para empresas do Simples Nacional e permite a opção de novas categorias econômicas a esse sistema de tributação das micro e pequenas empresas.

As categorias beneficiadas são: de reparação em geral, decoração e paisagismo, laboratórios de análises clínicas ou de patologia, serviços de prótese em geral, além de serviços de tomografia, diagnósticos médicos por imagem, registros gráficos e métodos óticos e de ressonância magnética.